

3 — Consideram-se aprovados os candidatos que cumpram simultaneamente as seguintes condições:

- a) Tenham realizado as duas componentes da avaliação previstas no n.º 1 do artigo 13.º deste Regulamento;
- b) Tenham nota igual ou superior a 10 valores na prova específica e na entrevista.

4 — Os resultados serão tornados públicos em prazos a definir anualmente em edital próprio.

Artigo 19.º

Reclamações

Da decisão sobre os resultados finais das provas cabe recurso ao Diretor da ESSEM no prazo definido em edital próprio.

CAPÍTULO VI

Candidatura

Artigo 20.º

Apresentação da candidatura

1 — Os estudantes aprovados nas Provas, dos maiores de 23 anos, podem candidatar-se ao Concurso especial de acesso e ingresso a um curso técnico superior profissional ou de um ciclo de estudos de licenciatura da ESSEM.

2 — No caso de provas específicas comuns a vários cursos da ESSEM, a aprovação nas mesmas pode ser utilizada para a candidatura à matrícula e inscrição em mais do que um desses cursos.

3 — Caso a candidatura inclua diversos cursos, o candidato deverá indicar no respetivo Boletim, a ordem decrescente de preferência.

4 — A candidatura deverá ser apresentada nos Serviços Académicos da ESSEM, no prazo fixado anualmente.

5 — Têm legitimidade para efetuar a apresentação da candidatura, o candidato ou um seu bastante procurador.

6 — Podem também candidatar-se, os estudantes que, tenham sido aprovados em provas de avaliação e ingresso num curso congénere noutra instituição, desde que previamente autorizados pela Direção da ESSEM.

Artigo 21.º

Instrução da candidatura

1 — No caso dos candidatos que prestaram provas na ESSEM, a candidatura deverá ser instruída mediante apresentação de:

- a) Boletim de candidatura, devidamente preenchido;
- b) Procuração, quando o requerimento for apresentado por procurador;
- c) Documento comprovativo de que o candidato satisfaz os pré-requisitos exigidos na ESSEM para o curso a que se candidata.

2 — Os candidatos aprovados em provas realizadas noutras instituições, para além dos documentos mencionados no ponto anterior, deverão apresentar:

- a) Documento (s) comprovativo (s) da realização das provas e respetivas classificações parciais e totais;
- b) Regulamento das provas da instituição onde estas foram realizadas;
- c) Fotocópia simples do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão, com apresentação do documento original para verificação.

3 — Da candidatura é entregue ao apresentante, como recibo, fotocópia do respetivo boletim de candidatura.

Artigo 22.º

Prazos e propina de candidatura

1 — Os prazos em que decorre este concurso e as respetivas propinas a aplicar serão divulgados anualmente pelos órgãos competentes.

2 — Os candidatos que prestaram provas na ESSEM estão isentos deste pagamento na candidatura a um curso.

Artigo 23.º

Seriação dos candidatos

1 — Os candidatos a um mesmo curso da ESSEM serão seriados por ordem decrescente com base na classificação final obtida nas provas.

2 — Os candidatos aprovados em provas efetuadas noutros estabelecimentos de ensino superior em cursos congénere serão seriados apenas após a ordenação de todos aqueles que obtiveram aprovação em provas realizadas na ESSEM.

Artigo 24.º

Colocação dos candidatos

1 — A decisão final sobre a colocação dos candidatos é da competência do Diretor da ESSEM, mediante classificação atribuída pelo júri.

2 — Os resultados serão tornados públicos em prazos a definir anualmente em edital próprio.

CAPÍTULO VII

Disposições finais

Artigo 25.º

Indeferimento liminar

1 — Serão liminarmente indeferidas as candidaturas que, embora reunindo as condições gerais necessárias, se encontrem numa das seguintes situações:

- a) Tenham sido apresentadas fora de prazo;
- b) Não sejam acompanhadas da documentação necessária à completa instrução do processo;
- c) Não apresentem os documentos completos e legivelmente preenchidos;
- d) Não satisfaçam ao disposto no presente aviso ou contenham falsas declarações.

2 — O indeferimento liminar é decidido pelo Diretor da ESSEM e deve ser fundamentado.

Artigo 26.º

Dúvidas de interpretação e casos omissos

As dúvidas de interpretação e situações omissas serão analisadas, caso a caso, pelo Diretor da ESSEM, e resolvidas por despacho do mesmo.

Artigo 27.º

Norma revogatória

Este Regulamento revoga todos os anteriores.

Artigo 28.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento aplica-se a partir da data da sua aprovação.
311392297

I. E. S. F. — INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DE FAFE, L.^{DA}

Regulamento n.º 363/2018

Regulamento de Acesso e Ingresso nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais da Escola Superior de Tecnologias de Fafe

Artigo 1.º

Objeto e âmbito de aplicação

O presente Regulamento estabelece o regime de funcionamento e os critérios de seleção dos candidatos dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) ministrados na Escola Superior de Tecnologias de Fafe (ESTF).

Artigo 2.º

Condições de acesso

Nos termos do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro, podem candidatar-se aos cursos técnicos superiores profissionais ministrados pela ESTF:

- a) Os titulares de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente;

b) Os que tenham sido aprovados nas provas especialmente adequadas, destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, realizadas, para o curso em causa, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 113/2014, de 16 de julho, e 63/2016, de 13 de setembro;

c) Os titulares de um diploma de especialização tecnológica, de um diploma de técnico superior profissional ou de um grau de ensino superior.

Artigo 3.º

Candidatura

1 — A candidatura deverá ser efetuada nos serviços académicos da ESTF, e deve ser instruída com os seguintes documentos:

- a) Ficha de candidatura, devidamente preenchida;
- b) *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado;
- c) Certificado de habilitações, com informação do nível da qualificação académica e ou profissional;
- d) Cópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão.

2 — Todos os documentos relacionados com a verificação da satisfação das condições de ingresso integram o processo individual do candidato.

3 — Pela candidatura é devida uma taxa.

Artigo 4.º

Vagas e prazos

1 — O número de vagas para cada CTeSP é fixado anualmente pelo órgão estatutariamente competente da ESTF, tendo como base os valores aprovados pela DGES.

2 — Os prazos para candidatura, reclamação de candidatura e inscrição e matrícula são fixados pela Direção da ESTF, divulgados nas instalações da ESTF e na sua página de internet.

Artigo 5.º

Prova de avaliação de capacidade

1 — Os candidatos detentores de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente em área não relevante para o CTeSP e os candidatos com diploma de especialização tecnológica, diploma de técnico superior profissional ou de um grau de ensino superior em área não relevante para o CTeSP são sujeitos a uma prova de avaliação de capacidade organizada pela ESTF.

2 — A prova de avaliação de capacidade realiza-se anualmente, podendo realizar-se em mais do que uma fase, consoante a análise da procura e após decisão da Direção da ESTF.

3 — As provas de avaliação de capacidade são organizadas para cada CTeSP ou conjuntos de CTeSP de estudos afins.

4 — Os conhecimentos e aptidões sobre os quais incidirá cada uma das provas têm como referencial os correspondentes ao nível do ensino secundário nas áreas relevantes para cada curso e são fixados por despacho da Direção da ESTF, após aprovação pelo Conselho Técnico-Científico da proposta apresentada pela coordenação dos respetivos cursos.

5 — As provas são escritas, com duração máxima de 120 minutos e classificadas de 0 a 20 valores.

6 — São excluídos das provas de acesso os candidatos que obtenham uma classificação inferior a 9,5 valores.

7 — O despacho a que refere o n.º 4 do presente artigo será proferido até ao 30.º dia útil anterior à realização das provas e será afixado na instituição e divulgado através da página online institucional.

8 — Os locais e datas de realização das provas serão fixados no despacho referido no ponto anterior do presente artigo.

9 — Pela inscrição na prova de avaliação de capacidade é devido o pagamento de uma taxa.

10 — Os resultados das provas serão afixados na instituição e na página online institucional.

Artigo 6.º

Consulta e reapreciação de provas

1 — Da prova podem os candidatos requerer a consulta, bem como a reapreciação da classificação obtida, nos termos das alíneas seguintes.

a) O requerimento de consulta da prova é dirigido ao Diretor da ESTF e deve ser apresentado no prazo máximo de 2 dias úteis contados a partir da afixação da classificação;

b) No ato da entrega do requerimento, a efetuar nos Serviços Académicos, será efetuado o pagamento dos emolumentos devidos, sob pena

do indeferimento liminar do pedido. A quantia paga será devolvida em caso de provimento do pedido;

c) A consulta é feita presencialmente na instituição, perante elementos do júri, que disponibilizarão os critérios de classificação adotados na prova em causa, no prazo máximo de 4 dias úteis após a afixação da respetiva classificação;

d) O requerimento do pedido de reapreciação da classificação, devidamente fundamentada com indicação das questões objeto de reapreciação, é dirigido ao Diretor da ESTF, no prazo máximo de 5 dias úteis após a afixação da respetiva classificação;

e) O Júri designa dois docentes que não tenham participado na apreciação da prova em causa para a apreciarem e, sobre ela, separadamente, emitirem parecer fundamentado;

f) O júri procede à análise desses pareceres em presença do original da prova e delibera sobre a reapreciação, concedendo ou não provimento, no prazo máximo de 2 dias úteis após receção do processo;

g) Do resultado da decisão de reapreciação da classificação de uma prova não pode ser pedida nova reapreciação.

2 — Todos os documentos relacionados com a realização da prova de avaliação de capacidade integram o processo individual do candidato.

Artigo 7.º

Seleção e seriação

Os candidatos são seriados de acordo com a seguinte ordem de critérios:

a) os titulares de curso de ensino secundário, ou de habilitação legalmente equivalente, em área relevante definida para cada CTeSP, tendo em consideração a classificação final de curso;

b) os titulares de curso de ensino secundário, ou de habilitação legalmente equivalente, não provenientes de área relevante definida para cada CTeSP a que se candidatam, tendo em consideração a classificação da prova de avaliação de capacidades;

c) os titulares de um diploma de especialização tecnológica ou de um diploma de técnico superior profissional em área definida para cada CTeSP a que se candidatam, tendo em consideração a classificação de habilitação anterior;

d) os titulares de um diploma de especialização tecnológica ou de um diploma de técnico superior profissional em área de estudos distinta do CTeSP a que se candidatam, ou de um grau ou diploma de ensino superior e que pretendem a sua requalificação profissional, tendo em consideração a classificação da prova de avaliação de capacidades;

e) os candidatos aprovados nas provas especialmente adequadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, tendo em consideração a classificação nestas provas.

Artigo 8.º

Resultado final e sua divulgação

1 — O resultado final do concurso exprime-se através de uma das seguintes situações:

- a) Colocado;
- b) Não colocado;
- c) Excluído da candidatura.

2 — São considerados excluídos da candidatura os candidatos que:

a) Não tenham preenchido corretamente o seu boletim de candidatura, quer por omissão de elementos, quer por indicarem outros que não correspondam aos constantes dos documentos arquivados no seu processo;

b) Não reúnam as condições necessárias para a apresentação da mesma;

c) Prestem falsas declarações.

3 — O resultado final é tornado público seja por via de lista afixada na ESTF, seja através da página de internet da instituição. A notificação considera-se realizada, para todos os efeitos legais, através da afixação do mesmo nas instalações da ESTF.

4 — Das listas afixadas constam, relativamente a cada estudante que se tenha apresentado a concurso:

- a) Nome;
- b) Número e local de emissão do bilhete de identidade/cartão de cidadão;
- c) Resultado final.

Artigo 9.º

Júris

1 — O Conselho Técnico-Científico da ESTF nomeia os júris para análise de candidaturas e elaboração e correção de provas.

2 — Os Júris poderão propor ao Conselho Técnico-Científico a co-optação de vogais considerados necessários para a aferição de aspetos concretos relacionados com o curso.

Artigo 10.º

Emolumentos

Os valores das taxas e emolumentos a que o presente regulamento alude constam da Tabela de Emolumentos da instituição.

Artigo 11.º

Dúvidas e omissões

A resolução de dúvidas e omissões é da competência da Direção da ESTF, ouvido o órgão competente, e de harmonia com as disposições legais aplicáveis e os princípios gerais que enformam este regulamento.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor a partir do dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado pelo Conselho Técnico-científico da Escola Superior de Tecnologias de Fafe, em 8 de fevereiro de 2017.

8 de fevereiro de 2017. — O Presidente do Conselho Técnico-científico da ESTF, *Bruno Miguel Pereira Torres*.

311388952

Regulamento n.º 364/2018**Regulamento de Acesso e Ingresso nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais da Escola Superior de Educação de Fafe**

Artigo 1.º

Objeto e âmbito de aplicação

O presente Regulamento estabelece o regime de funcionamento e os critérios de seleção dos candidatos dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) ministrados na Escola Superior de Educação de Fafe (ESEF).

Artigo 2.º

Condições de acesso

Nos termos do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro, podem candidatar-se aos cursos técnicos superiores profissionais ministrados pela ESEF:

a) Os titulares de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente.

b) Os que tenham sido aprovados nas provas especialmente adequadas, destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, realizadas, para o curso em causa, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 113/2014, de 16 de julho, e 63/2016, de 13 de setembro.

c) Os titulares de um diploma de especialização tecnológica, de um diploma de técnico superior profissional ou de um grau de ensino superior.

Artigo 3.º

Candidatura

1 — A candidatura deverá ser efetuada nos serviços académicos da ESEF, e deve ser instruída com os seguintes documentos:

- a) Ficha de candidatura, devidamente preenchida;
- b) *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado;
- c) Certificado de habilitações, com informação do nível da qualificação académica e ou profissional;
- d) Cópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão.

2 — Todos os documentos relacionados com a verificação da satisfação das condições de ingresso integram o processo individual do candidato.

3 — Pela candidatura é devida uma taxa.

Artigo 4.º

Prova de avaliação de capacidade

1 — Os candidatos detentores de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente em área não relevante para o CTeSP e os candidatos com diploma de especialização tecnológica, diploma de técnico superior profissional ou de um grau de ensino superior em área não relevante para o CTeSP são sujeitos a uma prova de avaliação de capacidade organizada pela ESEF.

2 — A prova de avaliação de capacidade a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo anterior realiza-se anualmente, podendo realizar-se em mais do que uma fase, consoante a análise da procura e após decisão da Direção da ESEF.

3 — As provas de avaliação de capacidade são organizadas para cada CTeSP ou conjuntos de CTeSP de estudos afins.

4 — Os conhecimentos e aptidões sobre os quais incidirá cada uma das provas têm como referencial os correspondentes ao nível do ensino secundário nas áreas relevantes para cada curso e são fixados por despacho da Direção da ESEF, após aprovação pelo Conselho Técnico-Científico da proposta apresentada pela coordenação dos respetivos cursos.

5 — As provas são escritas ou escritas e orais, com duração máxima de 120 minutos e classificadas de 0 a 20 valores.

6 — São excluídos das provas de acesso os candidatos que obtenham uma classificação inferior a 9,5 valores.

7 — O despacho a que refere o n.º 4 do presente artigo será proferido até ao 30.º dia útil anterior à realização das provas e será divulgado através do portal institucional.

8 — Os locais e datas de realização das provas serão fixados no despacho referido no ponto anterior do presente artigo.

9 — Pela inscrição na prova de avaliação de capacidade é devido o pagamento de uma taxa.

10 — Os resultados das provas serão afixados na instituição e no portal institucional.

Artigo 5.º

Consulta e reapreciação de provas

1 — Da prova podem os candidatos requerer a consulta, bem como a reapreciação da classificação obtida, nos termos das alíneas seguintes.

a) O requerimento de consulta da prova é dirigido ao Diretor da ESEF e deve ser apresentado no prazo máximo de 2 dias úteis contados a partir da afixação da classificação.

b) No ato da entrega do requerimento, a efetuar nos Serviços Académicos, será efetuado o pagamento dos emolumentos devidos, sob pena do indeferimento liminar do pedido. A quantia paga será devolvida em caso de provimento do pedido.

c) A consulta é feita presencialmente na instituição, perante elementos do júri, que disponibilizarão os critérios de classificação adotados na prova em causa, no prazo máximo de 4 dias úteis após a afixação da respetiva classificação.

d) O requerimento do pedido de reapreciação da classificação, devidamente fundamentada com indicação das questões objeto de reapreciação, é dirigido ao Diretor da ESEF, no prazo máximo de 5 dias úteis após a afixação da respetiva classificação.

e) O júri designa dois docentes que não tenham participado na apreciação da prova em causa para a apreciar e, sobre ela, separadamente, emitirem parecer fundamentado.

f) O júri procede à análise desses pareceres em presença do original da prova e delibera sobre a reapreciação, concedendo ou não provimento, no prazo máximo de 2 dias úteis após receção do processo.

g) Do resultado da decisão de reapreciação da classificação de uma prova não pode ser pedida nova reapreciação.

2 — Todos os documentos relacionados com a realização da prova de avaliação de capacidade integram o processo individual do candidato.

Artigo 6.º

Seleção e seriação

Os candidatos são seriados de acordo com a seguinte ordem de critérios:

a) os titulares de curso de ensino secundário, ou de habilitação legalmente equivalente, em área relevante definida para cada CTeSP, tendo em consideração a classificação final de curso;

b) os titulares de curso de ensino secundário, ou de habilitação legalmente equivalente, não provenientes de área relevante definida para cada CTeSP a que se candidatam, tendo em consideração a classificação da prova de avaliação de capacidades;